



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 188/2026

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.
- Constituição do Estado de São Paulo;
- Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014, de 23/04/2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (conhecida como Marco Civil da Internet), incluindo princípios como acesso à internet, proteção de dados, neutralidade da rede e direitos dos usuários.
- Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), com eixos estruturantes incluindo inclusão digital, capacitação e acesso a recursos, com prioridade às populações mais vulneráveis.
- Lei Federal nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022, que autoriza e disciplina a prática da tele saúde em todo o território nacional.
- Lei Federal Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.
- Lei Federal nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre digitalização e uso de sistemas informatizados para prontuários de pacientes.
- Portaria GM/MS nº 1.348, de 2 de junho de 2022, que regulamenta ações e serviços de tele saúde no SUS.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Portaria GM/MS nº 3.691, de 23 de maio de 2024, que institui a Ação Estratégica SUS Digital – Telessaúde;
- Decreto Estadual nº 68.778, de 19 de agosto de 2024, que cria o Ambulatório Médico de Especialidades Digital (AME Digital SP);
- Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, que institui o Código Sanitário do Estado de São Paulo e dá outras providências;
- Decreto Estadual nº 62.306, de 14 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a reformulação do Programa ACESSA São Paulo — programa estadual que promove o acesso à internet, inclusão digital, orientação para uso de serviços públicos digitais e capacitação em tecnologia, e dá providências correlatas;
- Resolução Estadual SS nº 98, de 3 de junho de 2025, que estabelece diretrizes clínicas, jornada do paciente e protocolos assistenciais na rede estadual;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004, que institui o Código Sanitário do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.668, de 14 de janeiro de 2008, que institui a Política Municipal de Inclusão Digital, o Sistema Municipal de Inclusão Digital e o Fundo Municipal de Inclusão Digital, com ações voltadas a democratizar o acesso à tecnologia, capacitação digital e utilização de telecentros para comunidades vulneráveis.
- Decreto nº 50.554, de 7 de abril de 2009, que regulamenta a Lei nº 14.668/2008, detalhando a implementação do Sistema Municipal de Inclusão Digital e mecanismos de acesso e capacitação digital no município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a política de desenvolvimento urbano e o plano diretor estratégico;
- Lei Municipal nº 16.642, de 09 de maio de 2017, que aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo; introduz alterações nas Leis nº 15.150, de 6 de maio de 2010, e nº 15.764, de 27 de maio de 2013;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 16.757, de 14 de novembro de 2017, que atualiza a Política Municipal de Inclusão Digital (Lei nº 14.668/2008), enfatizando ações como **acesso e capacitação em informática e internet, expansão de wi-fi gratuito em espaços públicos e escolas municipais e apoio à inovação tecnológica.

- Lei Municipal nº 16.831, de 06 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre o acesso a informações dos programas sociais, políticas públicas ou equipamentos públicos destinados a idosos mantidos pelo Município de São Paulo, e dá outras providências;

- Lei nº 17.718, de 23 de novembro de 2021, que define a prática da telemedicina no Município de São Paulo.

-Portaria SMS nº 804, de 29 de novembro de 2024, que regulamenta as práticas de teleassistência no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo.

PL 138/2025 ASSEGURA TRANSPARÊNCIA NA FILA DA SAÚDE POR MEIO DA OBRIGATORIEDADE DA DIVULGAÇÃO DA ORDEM DE ESPERA DE PACIENTES QUE AGUARDAM A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS OFERTADOS PELAS UNIDADES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 135/2025 ASSEGURA TRANSPARÊNCIA NA FILA DA SAÚDE POR MEIO DA OBRIGATORIEDADE DA DIVULGAÇÃO DA ORDEM DE ESPERA DE PACIENTES QUE AGUARDAM A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS OFERTADOS PELAS UNIDADES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 92/2022 DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO, NA INTERNET, DA LISTA DE ESPERA DOS PACIENTES QUE AGUARDAM POR CONSULTAS (DISCRIMINADAS POR ESPECIALIDADE), EXAMES E INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS E OUTROS PROCEDIMENTOS, E TRANSPARÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 149/2020 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO APLICATIVO PRONTUÁRIO SP CONTENDO INFORMAÇÕES PARA USO DE MÉDICO E PACIENTE QUE UTILIZAM A REDE DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 748/2017 DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, LISTA DE ESPERA DE CONSULTAS COMUNS OU ESPECIALIZADAS, EXAMES, CIRURGIAS E QUAISQUER OUTROS PROCEDIMENTOS OU AÇÕES D SAÚDE AGENDADA PELOS CIDADÃOS NO MUNICÍPIO.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 02 de abril de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068